

Editorial

Vânia Noeli Ferreira de Assunção*

Há 50 anos, um acontecimento marcaria indelevelmente a história brasileira, modificando todo o seu curso daí em diante. Inobstante a descaracterização feita, entre outros, pelos adeptos da teoria do populismo – que resumem o pré-64 a uma grande manipulação das massas trabalhadoras levada a cabo pela burguesia –, o Brasil vivia no início dos anos 1960 um momento inédito. Marcada pela autocracia – institucionalizada, quando possível; bonapartista, sempre que necessário –, a formação social brasileira via surgir, então, o historicamente novo, embora frágil e débil, mais uma possibilidade do que uma efetividade: as classes trabalhadoras urbanas, e também do campo, relativamente organizadas, propondo alternativas teóricas e práticas para redefinir o futuro da nação.

De fato, depois do processo de industrialização e do decorrente crescimento da classe operária, a partir da Era Vargas, os anos 1960 eram um período de definição e amadurecimento das perspectivas sociais que poriam em pauta suas proposituras para o Brasil. No campo, nasciam organizações que buscavam romper com os baixíssimos índices de vida das massas rurais e as Ligas Camponesas assustavam os latifundiários. A classe operária urbana tentava novas organizações e suas recentes experiências possibilitavam a criação de uma estrutura sindical autônoma com relação ao governo e combatente do peleguismo, embora embrionária. Ademais, suas manifestações começavam a assumir caráter político, de forma que, em síntese, o movimento operário-sindical se punha na forma mais avançada até aquele momento, inclusive com a elaboração de propostas concretas (ainda que discutíveis) para a solução dos problemas nacionais, cuja efetivação inviabilizaria a continuidade do padrão de acumulação posto até aquele momento.

As reformas de base – bancária, administrativa e fiscal, eleitoral, educacional, o controle dos investimentos externos e, ponto central, a reforma agrária, fundamental para o desenvolvimento capitalista e a diminuição da drástica exclusão das massas rurais do mercado – significariam uma mudança dos centros decisórios do exterior para o próprio país e seus interesses. Onde, sua contraposição à política econômica vigente e o terror que provocaram nas diversas frações de classe burguesa: mesmo com seu caráter estritamente reformista, ou seja, que não pleiteava a derrubada do capitalismo, mas a alteração da forma como este se organizava internamente – o que não é pouco, frise-se –, não cabiam na estreita práxis da burguesia brasileira.

Ainda que houvesse quem, à esquerda, acreditasse no caráter revolucionário da burguesia tupiniquim, esta era incapaz de realizar um projeto autônomo de desenvolvimento e também naquele momento optou pelo imperialismo, impossibilitada de assumir qualquer propositura que incluísse o popular e o progresso social. Mesmo porque não são assimiláveis a submissão às burguesias dos países centrais e a participação popular cujos interesses são feridos por elas. Com o golpe dado em 1964, então, o *historicamente novo* foi tirado da cena política e o *velho* se repôs e sobrepôs, implementando uma saída para a crise que reproduziria veloz e ampliadamente o padrão de acumulação subordinado.

Passado o estupor diante da falta de reação – tudo o que representava o novo “caiu como um castelo de cartas”, no dizer de um dos estrategistas do golpe, Golbery do Couto e Silva –, restava o problema de entender as causas do fracasso das proposituras reformistas e o regime que então se inaugurava. Um dos grandes desafios imposto aos que se debruçam sobre o regime inaugurado em 1964 é justamente caracterizá-lo, e nesse sentido podemos definir algumas grandes linhas teóricas. Textos mais densos e ambiciosos foram escritos sobre o tema (cf. NAPOLITANO, 2011; MATTOS, 2008; FICO 2004); aqui, queremos apenas, despretensiosamente, citar as principais abordagens sobre o golpe, a fim de introduzir os artigos que são apresentados neste número da *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*.

De par com análises marxistas mais próximas do evento que ora chega ao cinquentenário, como a de Caio Prado Jr. sobre *A revolução brasileira* (1987), sobressaíram produções teóricas que, inicialmente, estavam voltadas à memória – militar e militante – acerca do golpe. Da escola sociológica paulista foram disseminadas as teorias do populismo, que intenta explicar o pré-64, e do autoritarismo, cuja ambição é dar a entender a ditadura. Em seguida, estas passaram a compartilhar espaço com interpretações funcionalistas, com a crítica do marxismo e com a constituição de um novo padrão narrativo, da chamada nova história, cujo enfoque preferido é o cultural, além de outras correntes menos marcantes. Se, neste debate, alguns mitos foram abandonados ou relativizados (como o legalismo castelista, tido como moderado com relação aos *gorilas*, o que não é mais sustentável após a publicação de

* Professora da Universidade Federal Fluminense – Rio das Ostras.

suas entrevistas por Elio Gaspari e outras pesquisas), outros persistem causando estragos à reta compreensão da realidade nacional. Passemos rapidamente em revista algumas das principais linhas de interpretação do pós-1964.

No mister de entender o golpe e a ditadura, as teorias, de longe, mais influentes foram aquelas geradas pela *analítica paulista*. Classificando tais ocorrências históricas em ordem descendente com relação às democracias burguesas estadunidense e europeias (arquétipos teórico-práticos a seguir, os quais, portanto, delimitavam o horizonte teórico dos estudiosos em questão), populismo e autoritarismo são tipos ideais de origem liberal. Derivam do conceito de totalitarismo – negação absoluta da democracia liberal idealizada apologeticamente – adaptado a uma sociedade que não chega a ser “totalitária”, mas se afasta daquele modelo democracia. O autoritarismo, que nos interessa mais de perto, seria uma situação intermediária, desprovida de procedimentos democráticos básicos, sem que significasse o cancelamento integral das liberdades atribuído ao formato totalitário (CHASIN, 1989). Por reduzirem o complexo de complexos real à esfera política, os teóricos do autoritarismo passaram a pleitear a democracia como plenitude da forma do poder do estado e, como salientou Florestan Fernandes, em vez de buscar a superação do próprio estado burguês, permaneceram na “denúncia de sua versão tirânica mais completa”. Defendia-se e pleiteava-se a democracia burguesa, à qual

é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, *na teoria e na prática*, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do “sistema democrático capitalista” (FERNANDES, 1979, pp. 7-8).

Centrando-se, assim, num termo ambíguo e impreciso, que pode se aplicar a qualquer regime, a teoria do autoritarismo sobrevalorizava aspectos ditatoriais – hipertrofia do poder executivo, pluralismo partidário limitado, regras restritas de sucessão, ausência de mobilização política, transmissão vertical da autoridade, restrições às liberdades democráticas – para desqualificar o caráter classista da ditadura e defini-lo apenas pelo antidemocratismo (LEMOS, 2010). Ficam, porém, de fora dessas considerações importantes aspectos, como a ligação com o grande capital multinacional e associado – na verdade, para a analítica paulista, o autoritarismo era parte orgânica do aprofundamento do processo de acumulação em curso: uma associação com o capital dominante estrangeiro geraria a poupança externa necessária ao processo de industrialização nacional.

A interpretação tradicional de que a formação brasileira teria caráter pendular e viveria de sístoles e diástoles também comparece na discussão sobre o golpe e a ditadura. Para uma de suas adeptas, Maria Hermínia T. de Almeida, entre 1946 e 1964 teria havido uma tensão entre descentralização e centralização, vencida pela última com o golpe de 1964, após o qual “Recursos financeiros, capacidade normativa e decisória e órgãos de gestão passam às mãos do governo federal” (ALMEIDA, 2007, p. 25). Os militares proporcionaram um novo ciclo desenvolvimentista ao Brasil, o que teria complexificado a realidade nacional, no desenrolar do qual o federalismo centralizado foi se tornando mais presente. Como, porém, foi mantida uma disputa eleitoral para os legislativos, teriam se reproduzido e renovado elites políticas comprometidas com os interesses dos estados e municípios, renovando-se o círculo. Quase não é preciso comentar o altíssimo grau de abstração e o entendimento da história como algo fora e acima dos homens que subjaz a esta visão.

Outra linha interpretativa bastante influente foi a centrada na atuação dos militares. Para Alfred Stepan (1975), por exemplo, a tradição moderadora das Forças Armadas – subsistema dentro do sistema político – sofreu uma mudança em 1964, quando se sentiram ameaçadas pelas falhas das instituições civis e pela quebra na disciplina e na hierarquia. Já Gláucio Ary Dillon Soares criticou o economicismo predominante nas análises marxistas, que as teria levado a subestimar o papel dos militares. Ele questionou a visão de que havia uma conspiração militar organizada, contrapondo-lhe um “caos conspirativo”, bem como destacou a não existência de projeto de governo (embora tenham sido sistematizadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipês muitas das medidas tomadas pela ditadura). Como Stepan, atribuiu grande importância ao conflito entre os duros e a ala castelista ou “Sorbonne”.

Os anos 1990 assistiram a uma nova onda de trabalhos nessa direção, com a publicação da tetralogia de Elio Gaspari. Reafirmando a tese “chapa branca” de que havia dois golpes em marcha – um da esquerda e outro da direita –, Gaspari negava toda motivação econômico-social e a existência de uma conspiração articulada para o desfecho do golpe. O autor escrevia com amplo apoio empírico, mas restringia-se a descrições de acontecimentos, sem que houvesse análise mais profunda e sem que as fontes (quase sempre oficiais) fossem problematizadas. Em Gaspari o golpe e a ditadura estavam ligados ao jogo das individualidades dos personagens e às contingências factuais (MATOS, 2008). De acordo com Codato, trata-se de uma história de “grandes feitos dos grandes homens”, a qual está centrada em Geisel e Golbery, que ganharam em suas páginas peso muito maior que o histórico (teriam sido eles que fizeram e acabaram com a ditadura) e atribui motivações conscientes aos atores (CODATO, 2004). O privilegiamento do papel das Forças Armadas (em detrimento, por exemplo, dos movimentos sociais obliterados) faz com que Codato a qualifique como “história militar da ditadura militar” que, ademais, consolida a visão dualista

gorilas x “Sorbonne”. Como sintetizou um crítico, as linhas da memorialística dos militares seguem, em geral, uma tendência: contrapõem as memórias dos golpistas às análises acadêmicas sobre o golpe e concluem que as primeiras é que estavam corretas. Atribuem como justificados “motivos do golpe”: “1. Caos, desordem, instabilidade; 2. Perigo comunista e subversão; 3. Crise hierárquica e na disciplina militar; 5. Apoio popular ao golpe; 6. Corrupção, roubo de verba pública; 7. Sindicalismo, república sindical” (MATTOS, 2008, p. 248).

A politologia inspirada na vertente estadunidense da ciência política também marcou presença por aqui. Dois de seus mais insígnies representantes são Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Cheibub Figueiredo. O primeiro objetivava explicar o golpe a partir da elaboração de um modelo teórico de análise, elidindo os fatores históricos e criticando o marxismo. Sua hipótese central era a de paralisia decisória decorrente da polarização do momento: “os recursos de poder se dispersam entre atores radicalizados em suas posições”, podendo gerar “um colapso do sistema político, resultante de sua cadente capacidade operacional (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes)” (*apud* FICO, 2004, p. 45).

Já Figueiredo questionava a existência de “uma todo-poderosa conspiração direitista contra o governo Goulart”, bem como de fatores estruturais deterministas que tornariam inevitável o regime de 1964 (FIGUEIREDO *in* TOLEDO, 1997, p. 48). Sua explicação se baseava nas escolhas de João Goulart rumo à radicalização, o que lhe teria erodido possíveis apoios. No seu entender, a possibilidade – efetiva, segundo ela – de reformas moderadas foi relegada por “atores” que escolheram “maximizar suas possibilidades”, em detrimento da ordem democrática. Para ela, a democracia não era valorizada nem pela direita nem pela esquerda – “democracia e reformas eram percebidas como objetivos políticos conflitantes” e as “coalizões se formaram em torno de cada um desses objetivos, estruturadas, na maioria das vezes, em função de um e em detrimento de outro” (FIGUEIREDO *in* TOLEDO, 1997, p. 48). Em particular, os setores de esquerda e nacionalistas rejeitavam propostas moderadas porque entendiam ser possível pressionar para obter reformas mais profundas no futuro próximo. Assim, “adotavam uma estratégia maximalista que excluía concessões e compromissos e consistia em questionar publicamente a capacidade do Congresso em produzir reformas que não fossem cosméticas” (FIGUEIREDO *in* TOLEDO, 1997, p. 50). Sua “estratégia maximalista” aliada à “tática de buscar apenas fora do Parlamento o apoio a medidas que dependiam da aprovação do Congresso”, demonstraria pouco apego às “normas institucionais vigentes” (FIGUEIREDO *in* TOLEDO, 1997, p. 52).

Ora, a hipótese de que se a esquerda fosse menos maximalista e mais moderada a direita não teria perpetrado o golpe não se sustenta – o histórico de golpes autocráticos e o próprio repúdio dos setores conservadores da sociedade civil-burguesa às reformas de base e à mobilização social durante o governo Jango o atestam. A afirmação de que as reformas eram reivindicações legítimas, mas deveriam estar condicionadas ao respeito às normas democráticas oblitera que, no pré-64, todo um rol de reivindicações (ampliação do direito de voto, de liberdade partidária e de organização sindical, entre outras) objetivava justamente a conquista da democracia, que ainda não mostrara a face amena por estas bandas. Tais teorias negam reciprocidade e complementaridade entre mudanças sociais e econômicas e democracia, tidas como separadas e contrapostas – e, ainda, identificam democracia liberal a toda democracia (TOLEDO, 2004). Ademais, a assertiva é altamente politicista: analisa o todo que é o real sob a ótica da política e subordina os interesses relacionados às lutas sociais – mais profundas e mais importantes que as lutas políticas, as quais condicionam – à conquista e/ou manutenção da democracia burguesa.

Uma das vertentes do debate visou a saber se o regime militar brasileiro se tratava de uma “ditabranda”/“democradura” (ROUQUIÉ, 1975, p. 1.078) ou de uma ditadura propriamente dita – termos que voltaram ao debate a partir de editorial da *Folha de S. Paulo* que se posicionava a partir da primeira versão, em 2009. Neste imbróglio sobre o nível de profundidade da ditadura que o regime brasileiro conheceu, tem sido comum o recurso comparativo que opõe os números absolutos de vítimas do Brasil *vis-à-vis* aqueles de regimes afins contemporâneos, como Argentina e Chile, especialmente (AQUINO, 2004). Diante do horror dos “desaparecimentos” e campos de concentração dos nossos vizinhos, o regime militar brasileiro teria sido *soft*, uma “ditabranda”. Por fim, depois de “abrandada”, a ditadura também foi encolhida por alguns teóricos, de forma que teria ido apenas de 1968 a 1979 – entre o AI-5 e a Lei de Anistia, excluindo-se arbitrariamente os anos anteriores e posteriores da caracterização.

Essa tematização relaciona-se a um dos mais nefastos mitos sobre a ditadura: com argumentação semelhante à *teoria dos dois demônios* tão disseminada em certa época na Argentina, busca-se convencer que no pré-64 havia duas forças que combatiam em pé de igualdade e que não tinham ambas nenhum apreço pela democracia. No fim das contas, tais teorias culpabilizam os derrotados pela conjuntura que levou ao golpe, que seria apenas um contragolpe preventivo. Assim, para Reis Filho, expoente dessa visão, conforme Mattos,

a atribuição de um caráter de “resistência democrática” à ação das esquerdas no período da ditadura militar é uma invenção datada da fase da redemocratização, pois as esquerdas da luta armada seriam antidemocráticas e visariam à implantação do socialismo – por elas entendido como incompatível com a democracia – pela via revolucionária (...), desafiavam abertamente a legalidade existente (MATTOS, 2008, p. 252).

Ora, avaliar como equivalentes o projeto golpista conservador vitorioso e as mobilizações à esquerda ou resulta de desconhecimento histórico ou de pura má-fé, que objetiva, com a tese do suposto “perigo comunista”, legitimar o golpe. Ora, “*Não havia luta armada de esquerda antes do golpe militar de 1964. Não há nenhum caso registrado de grupo guerrilheiro atuante antes do golpe, embora houvesse, de maneira reiterada, sublevações militares conservadoras contra governos eleitos*” (SAFATLE, 2010, pp. 248-9). Se os golpistas de 1964 se organizaram e pegaram em armas institucionalmente – inclusive com reserva de apoio armado estadunidense –, as esquerdas que politizaram os debates nacionais só pegaram em armas dois anos depois do golpe. A proclamação de estado de sítio foi formalmente pedida por Goulart ao parlamento, segundo as regras da legalidade, e retirada antes de ser votada. A aventada reeleição do presidente teria de ser debatida e deliberada também pelos canais institucionais existentes. Nenhum documento revelou o suposto “golpismo” da esquerda, e de Jango em particular, não obstante a intensa pesquisa sobre o tema, ao contrário do que ocorre com o golpe vitorioso. Por fim, a defesa da realização de reformas “na lei ou na marra” não previa a instituição de uma “ditadura socialista” imediata, senão a convocação de uma Assembleia Constituinte e a renovação do parlamento conservador para que se pudesse fazer avançar as reformas. O que estava posta era a “conquista gradual de maiorias políticas no interior da democracia parlamentar” num processo em que, com sustentação institucional, realizar-se-iam amplas reformas e modernização estrutural (SAFATLE, 2010, p. 250). Mas justamente isto era o mais assustador para a burguesia endógena.

Outro autor cuja visão influenciou gerações foi René Armand Dreifuss, cuja tese ia na linha oposta à da história militar da ditadura. Para ele, os estudos sobre o golpe negligenciavam a atuação das classes dominantes, enquanto a Escola Superior de Guerra e a Forças Armadas eram tidas como centro ideológico, autônomo e tecnocrático. Assim, divergia de Stepan: não foi o aparelho militar-burocrático que tomou o poder, mas uma elite orgânica. Isso porque, para ele, o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não tinha correspondência no plano político e as reformas tentadas para superar este problema fracassaram. O recurso foi o golpe, que mirava fazer seus interesses serem representados no nível governamental. A dura intervenção foi preparada cuidadosamente pelo complexo Ipês/Ibad – um verdadeiro estado-maior da burguesia multinacional-associada, mobilizando equipes multifuncionais com ampla capilaridade para efetivar uma forte campanha de desestabilização, com apoio dentro das Forças Armadas. Por isso, para Dreifuss, o golpe de 1 de abril resultante desta superconspiração civil não foi militar, mas “a culminância de um movimento civil-militar” (*apud* FICO, 2004, p. 51). Corroboraria sua visão o fato de que importantes cargos ficaram nas mãos de homens-chave das empresas multinacionais e dos setores industriais e financeiros.

Vemos que, no interior do debate, a própria nomenclatura do regime tem sido variável. Se os militares qualificaram o golpe como revolução e insistiram no caráter democrático do governo daí advindo, as forças da esquerda apelidaram ironicamente o que qualificavam de “golpe militar” como “A Redentora” e, originalmente, designaram sem mais discussões o regime de ditadura militar. A designação era questionada apenas pelos liberais, que se valiam de eufemismos como regime militar ou governo autoritário. Nos últimos anos, porém, na esteira do trabalho de Dreifuss, surgiram debates sobre ambos os termos, passando-se a salientar que um “golpe civil-militar” instituíra uma ditadura com o mesmo caráter, ou primeiro cívico-militar e depois só militar. Daniel Aarão Reis é um dos principais representantes da corrente que propõe esta ressemantização, a qual alega salientar a participação ativa de grandes empresários no golpe e na ditadura que lhe seguiu, mas também a conivência silenciosa ou o apoio explícito de parte da sociedade brasileira, especialmente a burguesia e os latifundiários.

Esta visão, porém, tem diversos problemas. Embora marcado por erros de interpretação da situação anterior, o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e suas dissidências, a Ação Popular, a Aliança Libertadora Nacional e outros grupos militantes destacaram, desde o início, o caráter reacionário, antioperário e entreguista da ditadura instituída pelo golpe, e alguns salientavam uma tendência fascista ou semifascista desta. As categorias “golpe militar” e “ditadura militar”, para a parte da esquerda mais preocupada com as questões teóricas, não eram meras invenções, “criadas com o simples objetivo de inocentar a burguesia, os latifundiários e o imperialismo de suas responsabilidades”; muito ao contrário, eram “resultado de um louvável esforço teórico-político” (*apud* BUONICORE, 2014). Ademais, sabia-se que não se tratava de a categoria social dos militares terem tomado o poder, senão de a alta cúpula das Forças Armadas o gerenciarem em nome dos interesses da burguesia. Os críticos de esquerda do uso de “ditadura militar” para referir-se ao pós-1964 confundem “o caráter de classe de um estado (vinculado à fração hegemônica no bloco no poder) com a sua base social de apoio”. Mais ainda:

Os críticos de esquerda do conceito ditadura militar – que o acusam de encobrir a participação dos empresários naquele regime – incorrem no erro de confundir a natureza de classe do estado com a sua forma. Não veem que a ditadura militar – como o fascismo, o bonapartismo, a monarquia, a república democrática – é apenas uma das formas pela qual pode se apresentar o domínio da burguesia. (BUONICORE, 2014)

Numa linha muito diferente e radical, autores marxistas buscaram demonstrar que os golpes militares são comuns no Brasil, dado o caráter de nossa formação social. A quase inexistência de uma burguesia industrial e do proletariado urbano, a subserviência ao capital estrangeiro e a fragilidade da democracia aqui instituída

foram apontados como determinantes para que a solução tenha sido mais uma vez, em 1964, dada pelo alto e de forma contrarrevolucionária preventiva (PRADO JR., 1987; RAGO FILHO, 1998; 2004; CHASIN, 1977; 1978; MAZZEO, 1999). Avaliamos, nessa direção, que a especificidade da ditadura militar brasileira é que ela seja de tipo bonapartista: uma forma de dominação burguesa em que o poder político é exercido *indiretamente* pelo conjunto da burguesia, sendo delegado a um indivíduo ou instituição que, com sustentação nas forças militares, *hipertrofia* este poder, transformando-o numa “máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho” (MARX, s/d “a”, pp. 79-80). Dessa maneira, despreocupando-se do domínio político direto, a burguesia se ocupa em manter a supremacia dos interesses históricos do capital (por vezes, contra os interesses imediatos dos capitalistas, também eles submetidos ao tacão ditatorial), alcançando “um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas”. Como contraste a esta “ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil”, a miséria das massas (MARX, s/d “b”, p. 80). Esta “era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido” (MARX, s/d “b”, p. 80).

A ditadura bonapartista brasileira foi uma das mais longevas, consolidou a inserção subordinada do país no capitalismo internacional, gerou aumento da desigualdade social, superexplorou os trabalhadores para financiar um projeto em que a evolução nacional ia na direção oposta do progresso social, matou ou “desapareceu” 400 pessoas, torturou e exilou, (CHASIN, 1977; 1989). Porém, como observaram Teles e Safatle, uma ditadura “se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente”. Por isso, concluem, “podemos dizer com toda segurança: a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10). De fato, o regime instaurado com o golpe de 50 anos atrás não terminou, visto que seus efeitos estão presentes na autocracia institucionalizada que hoje vivenciamos no país. O controle do processo de transição *lerda, longa e limitada* é um dos principais elementos para aferir esta sua durabilidade, processo no qual os responsáveis pelos crimes de estado não foram punidos e os dispositivos constitucionais sobre o papel dos militares não caíram. Porém, uma das mais perniciosas heranças da ditadura foi a imersão das esquerdas no ardid do politicismo – muitas vezes, com o uso vago de conceitos marxistas arranjados entre si em termos weberianos, como fez a *analítica paulista* –, despojando-as de um *projeto econômico alternativo* que funcionasse como eixo central para a conquista de uma democracia efetiva no país. Deixaram, assim, o campo sociopolítico aberto ao conservadorismo, aos oportunismos e aos voluntarismos de diversas vertentes. O pleito que ora se realiza é um dos testemunhos de que, “Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana” (CHASIN, 1989, p. 121).

O conjunto de textos apresentados neste número da *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* resultam, em geral, de pesquisas acadêmicas cuidadosas que dão conta de diversos aspectos relativos à vida antes e depois da efeméride de 1964 – da cultura à resistência, da economia ao legado intocado que a ditadura bonapartista deixou às novas gerações.

A atuação da imprensa no preparo do golpe é destacada por Luiz Antonio Dias. Ele contrapõe os editoriais da *Folha de S. Paulo*, que apontavam o aumento do predomínio comunista na sociedade durante o governo Jango, a pesquisas Ibope que demonstram visão dissonante por parte da opinião pública, concluindo que “O leitor não pode ser visto como uma massa amorfa, que pode ser ‘moldada’ contra seus próprios interesses”. Para ele, ademais, mesmo sendo importantes, os jornais servem mais para reiterar uma visão preexistente do que para criar uma nova.

As questões mais atinentes à economia estão presentes em textos como os de Wanderson F. Melo e Vitor B. Sartori. Este último, a propósito de debater o “modelo brasileiro” assumido pela ditadura, mostra como o golpe de 1964 veio como a resposta da burguesia atrofiada brasileira a reivindicações democráticas postas pela sociedade civil-burguesa. Tratou-se de um “caminho oposto àquele da superação do atraso histórico do país, seguindo com maior subordinação e com a explicitação e a intensificação das tendências combatidas pelo trabalhismo da década de 1960” – da qual o arrocho salarial e a repressão ao trabalho eram elementos ingêntos. Frisa, por conseguinte, a única possibilidade de superação de tal “modelo”, a atuação organizada das massas trabalhadoras.

Wanderson Melo demonstra, igualmente, que, “às propostas de reforma urbana, capítulo do projeto de reformas de base do governo deposto de João Goulart”, Roberto Campos, ministro de Castello Branco, defendeu a resolução da questão habitacional via sistema financeiro, procedendo a uma *modernização excludente* nos assuntos habitacionais e urbanos. Constituído pela Lei do Inquilinato, pela instituição do FGTS e pelo BNH, o SFH foi concebido como um instrumento antirrecessivo, em face da sua capacidade de geração de empregos para mão de obra não qualificada, mas também deveria alimentar o apoio político ao golpismo civil-militar por parte da classe

média que sonhava com a “casa própria”. No seu entender, a “configuração jurídica do castelismo explicitou a solidificação da conquista do estado pelos capitalistas, em especial os representantes do capital imobiliário e da construção civil”.

O ambiente cultural pós-golpe é debatido por Valéria Alves. Ela destaca a intensa discussão sobre o perfil e a identidade nacionais, bem como sobre o caráter da arte, naquele período em que a esquerda – especialmente os estudantes, organizados no CPC da UNE – propunha a valorização dos temas sociais. Neste contexto é que a MPB foi dividida entre a “música de protesto” e os vanguardistas, dentre os quais se destacavam os tropicalistas, que queriam fazer “a reflexão sobre o Brasil, focalizando a cultura – no sentido antropológico – e o debate estético, muito mais do que uma análise política ou sociológica da realidade brasileira”.

A atuação da esquerda que optou pela luta armada comparece nos textos de Claudinei Cássio de Rezende e de Patrícia Spósito Mechi. A primeira aborda as campanhas militares contra a Guerrilha do Araguaia, demonstrando a barbárie repressiva que se abateu sobre os guerrilheiros e sobre os moradores locais após a última delas. Já Rezende aponta os equívocos da esquerda, na crítica a um dos seus mais importantes representantes, Carlos Marighella. Em Marighella o mito da ação guerrilheira como agente possível da revolução embasava-se na caracterização do Brasil como semifeudal e no isolamento com relação aos trabalhadores da vanguarda do trabalho. Mas, no entender do autor, “A característica mais problemática vivida por todos os grupos que deflagraram a luta armada no Brasil entre 1967 e 1973 é a ausência de uma clara definição sobre a estratégia revolucionária e, algumas vezes, também sobre a tática de luta”. Para Rezende, “parcela fundamental da esquerda incorreu no *imbróglia* do etapismo e do foquismo, recorrendo ora à Revolução Cubana, ora ao maoísmo, mas sem nunca romper *de facto* com o etapismo”, no que se incluía Marighella. De acordo com Rezende, os erros do guerrilheiro podem ser explicados “ao pouco apego da guerrilha às discussões teóricas e à sua excitação pela prática, que acabaram por desembocar no imprevisto teórico”.

A trajetória biobliográfica de dois dos grandes baluartes da esquerda é abordada nos textos de Everaldo Andrade e Maria Aparecida Rago e Ângela Maria de Souza. Andrade discorre sobre o caráter militante da vida de Mário Pedrosa. Crítico às esquerdas, “Pedrosa buscou se delimitar tanto das alianças com a burguesia supostamente progressista defendida pelo PCB quanto do aventureirismo da luta armada contra a ditadura, desenraizada das tradições de luta dos trabalhadores brasileiros”. Acreditava ele que “A forma nacional do combate deveria ser buscada, como em outras nações, nas tradições nacionais da luta revolucionária”, processo no qual a análise das condições internas deveria estar atrelada à ampla visualização do contexto internacional.

M. Ap. Rago e Ângela Souza ressaltam a envergadura de Caio Prado Jr. e o destino trágico do seu pensamento. Desprezado pela burguesia, seu berço de origem, também era desconsiderado teoricamente na esquerda tradicional, dadas suas posições independentes. Prado Jr. ressaltava o caráter vicioso da economia nacional, dominada por interesses exógenos e marcada por ciclos econômicos de curta duração. Rejeitava as teorias pré-fabricadas pelos líderes comunistas internacionais e buscava compreender a realidade nacional pelo que ela era, donde seus escritos proporcionarem conhecimento em novas bases da organização da estrutura agrária brasileira, das relações de trabalho específicas que ali se estabeleceram e, como decorrência, das tarefas da revolução brasileira, contrapondo-se à visão dominante na esquerda da época sobre a existência de “restos feudais” e de uma burguesia nacional anti-imperialista.

A *herança maldita* do golpe é abordada nos trabalhos de Fábio Venturini, Felipe Magane e Moisés Pereira da Silva. Venturini trata dos acordos que pautaram a confecção da Constituição de 1988 e busca desconstruir a noção de que este documento foi uma conquista democrática, situando-se no polo oposto da ditadura. Afirma que “conquistas” jurídicas passaram a ser interpretadas como uma “evolução” constitucional no sentido integral e que tal visão se fundamenta numa questão meramente formal: a listagem de direitos no início do texto constitucional. Na prática, porém, segundo sua argumentação a conformação do bloco majoritário na Constituinte levou a resoluções conservadoras, entre as quais a manutenção do papel constitucional das Forças Armadas, segundo o art. 142 da Carta.

F. Magane toma outro legado da ditadura, os instrumentos jurídicos para punir a tortura. De acordo com ele, hoje como ontem, “o horror da tortura atende aos anseios da autocracia burguesa institucionalizada, uma vez que se configura como verdadeira forma de controle e terror social”. Para Magane, por este motivo, somado à precariedade técnica e científica que impedem o bom funcionamento da investigação criminal, a prática da tortura é até mesmo estimulada por quem deveria combatê-la. Como inúmeras outras mazelas impedem a real e eficaz investigação criminal para verificação e do crime de tortura, ele afirma que o sistema de Justiça garante a construção jurídica da impunidade dos agentes estatais que o cometem diuturnamente nas diversas dependências públicas do país.

Moisés Silva traz à tona o drama dos habitantes do Araguaia-Tocantins, que continuaram a conviver com a herança da ditadura mesmo depois de trucidados os guerrilheiros do PC do B e em plena “abertura democrática”. Assim, na primeira metade da década de 1980, no Bico do Papagaio a violência estatal acirrava-se, com a militarização da questão agrária. Silva ressalta como tal opção se coaduna com a necessidade de que o “ambiente dos grandes

investimentos precisa ser seguro”, correlacionando a repressão à realização dos grandes empreendimentos e outras políticas públicas na região.

Por fim, Vânia N. F. Assunção reproduz, em seu texto, as principais teorizações sobre o caráter bonapartista do golpe de 1964. Pressupondo que estas abordagens trazem mais riqueza teórica do que aquelas baseadas em outros paradigmas, alheios à especificidade da ditadura brasileira, Assunção retoma da bibliografia o caráter permanentemente autocrático da história da dominação burguesa no Brasil e reafirma a caracterização da ditadura como bonapartista mais precisa do que outras existentes nos estudos sobre o tema.

Apresentando níveis de desenvolvimento teórico – porque suas propostas assim o são – diferenciados, acreditamos que os artigos aqui apresentados contribuem para a compreensão do evento que ora completa 50 anos e que, como tentamos demonstrar, ainda põe aos brasileiros o desafio urgente: decifra-me ou te devoro.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “O Estado no Brasil contemporâneo”. In: MELO, Carlos R.; SÁEZ, Manuel A. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- AQUINO, Maria Aparecida de. Brasil: golpe de estado de 1964. Que estado, país, sociedade são esses? *Projeto História*. São Paulo (29), t. 1, pp. 87-105, 2004.
- BUONICORE, Augusto. Da ditadura militar brasileira. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=21&id_publicacao=3320&id_indice=4141>, acessado em 6 mar. 2014.
- CHASIN, J. Politização da totalidade: oposição e discurso econômico. *Revista Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, n. 2, 1977.
- _____. A esquerda e a Nova República. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 14, 1985.
- _____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, n. 17/18, 1989.
- CODATO, Adriano N. Grandes feitos dos grandes homens: gerais-estadistas e estadistas-gerais na política brasileira. A propósito de *A ditadura encurralada*, de Elio Gaspari. *Crítica Marxista*, n. 19, pp. 124-140, 2004.
- COLLIER, D. “Resumo do modelo autoritário-burocrático”. In: COLLIER, D. (Org.) *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COTRIM, Livia. A crítica do populismo: elementos para uma problematização. *PUCviva Revista*, ano II, n. 8, pp. 35-45, 2000.
- FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HERMET, Guy. Dictature bourgeoise et modernisation conservatrice: problèmes méthodologiques de l’analyse des situations autoritaires. *Revue Française de Science Politique*, ano 25, n. 6, pp. 1.029-1.061, 1975.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 8, n. 14/15, pp. 53-93, 2001.

- LEMOS, R. Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964. Comunicação apres. no VI Congrès du Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine: Indépendances, Dépendances, Interdépendances. Toulouse, France, 30 jun./3 jul. 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, pp. 245-63, 2008.
- MARX, K. “Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “a”.
- _____. “A guerra civil na França”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d “b”.
- MAZZEO, Antonio Carlos. Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo/Marília: Boitempo/Ed. Unesp, 1999.
- NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporânea*, v. 2, ano 2, 2011.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAGO FILHO, Antônio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. 1998. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- _____. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História*, São Paulo, n. 29, t. 1, pp. 139-167, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ROUQUIÉ, Alain. L'hypothèse ‘bonapartiste’ et l'émergence des systèmes politiques semi-compétitifs. *Revue Française de Science Politique*, ano XXV, n. 6, pp. 1.077-1.111, 1975.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STOPPINO, M. “Autoritarismo”. In: BOBBIO, N. (Org.). *Dicionário de Política*. Disponível em: <<http://www.leonildocorreia.adv.br/ini10-3.htm>>, acessado em 4 dez. 2010.
- TELES, Edson; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TOLEDO, Caio N. de (Org.). 1964: visões críticas do golpe. Democracia, reformas e populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- _____. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista* São Paulo, Boitempo, n. 19, pp. 27-48, 2004.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.